



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012193-08.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL**
Requerente: **MARENICE JULIANO HILDEBRAND**
Requerido: **BANCO BRADESCO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra empréstimo contraído junto ao réu, negando que o tivesse celebrado.

Almeja à rescisão de tal operação e à devolução dos valores pagos em função dela.

Já o réu sustentou a validade do contrato impugnado e ressaltou a possibilidade de também ter sido vítima de ação criminosa de terceiros.

Amealhou a fls. 34/41 o instrumento que cristalizaria o ajuste questionado pela autora.

O despacho de fl. 68 deixou clara a incompatibilidade entre o contrato indicado pela autora e o que instruiu a peça de resistência lançada pelo réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso se deu pela disparidade entre o montante total que teria sido avençado (a autora se voltou contra um empréstimo de **R\$ 2.254,00**, ao passo que o contrato ofertado pelo réu era no montante de **R\$ 2.129,96**), entre o número de parcelas que lhe diriam respeito (a autora asseverou que seriam **72**, mas o contrato indicado pelo réu contemplava a quitação de **33** parcelas) e o valor de cada uma delas (as referidas pela autora eram de **R\$ 65,00**, enquanto as do contrato apresentado pelo réu eram de **R\$ 92,08**).

Nesse contexto, e tomando em consideração que as alegações exordiais foram prestigiadas pelo documento de fl. 03, determinou-se ao réu que justificasse as divergências ou coligisse dados em consonância com o contrato que a autora refutou ter firmado.

Explicitou-se também a advertência de que "*em caso de silêncio se reputará a inexistência de respaldo para o contrato aludido a fl. 01*".

Essa consequência impõe-se porque o réu não se pronunciou da maneira declinada, limitando-se a anotar que os descontos relativos ao contrato estariam suspensos (fls. 71, 73 e 76).

A conjugação desses elementos firma a convicção de que a postulação vestibular prospera porque o réu não se desincumbiu a contento do ônus que pesava sobre ele para patentear a higidez do ajuste trazido à colação, inexistindo margem até para a ideia de que tivesse sido vítima de ação criminosa de terceiros.

Sua rescisão bem por isso é de rigor, a exemplo da devolução dos valores descontados da autora à míngua de lastro para tanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato indicado a fl. 01 e a inexigibilidade dos débitos dele oriundos, bem como para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 390,00, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação, além de outros valores porventura descontados da autora após a propositura da ação a esse título.

Torno definitiva a decisão de fls. 12/13, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**